

SEMINÁRIO
DESMATAMENTO E QUEIMADAS NA AMAZÔNIA:
TENDÊNCIAS, DINÂMICAS
E SOLUÇÕES



DATA:
28.11.19
(QUINTA-FEIRA)



HORÁRIO:
9H ÀS 18H



LOCAL:
PLENÁRIO 02 – ANEXO II
CÂMARA DOS DEPUTADOS,
BRASÍLIA – DF



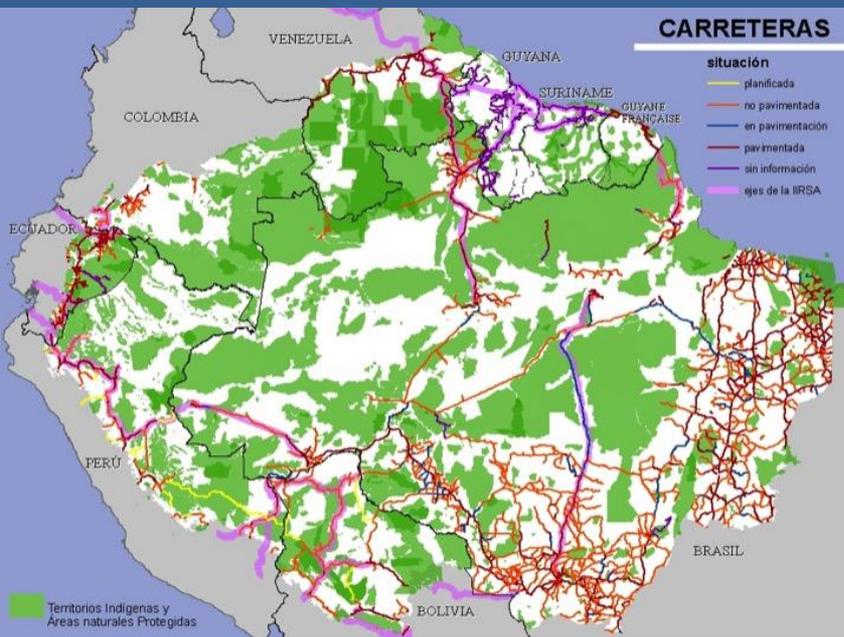
Estratégias de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas na Amazônia: Iniciativas Inovadoras e Aprendizados

Brent Millikan

International Rivers - Brasil

Brasilia, 28 de novembro de 2019





POLONOROESTE e Planaflores na Amazônia Ocidental (anos 80 e 90)







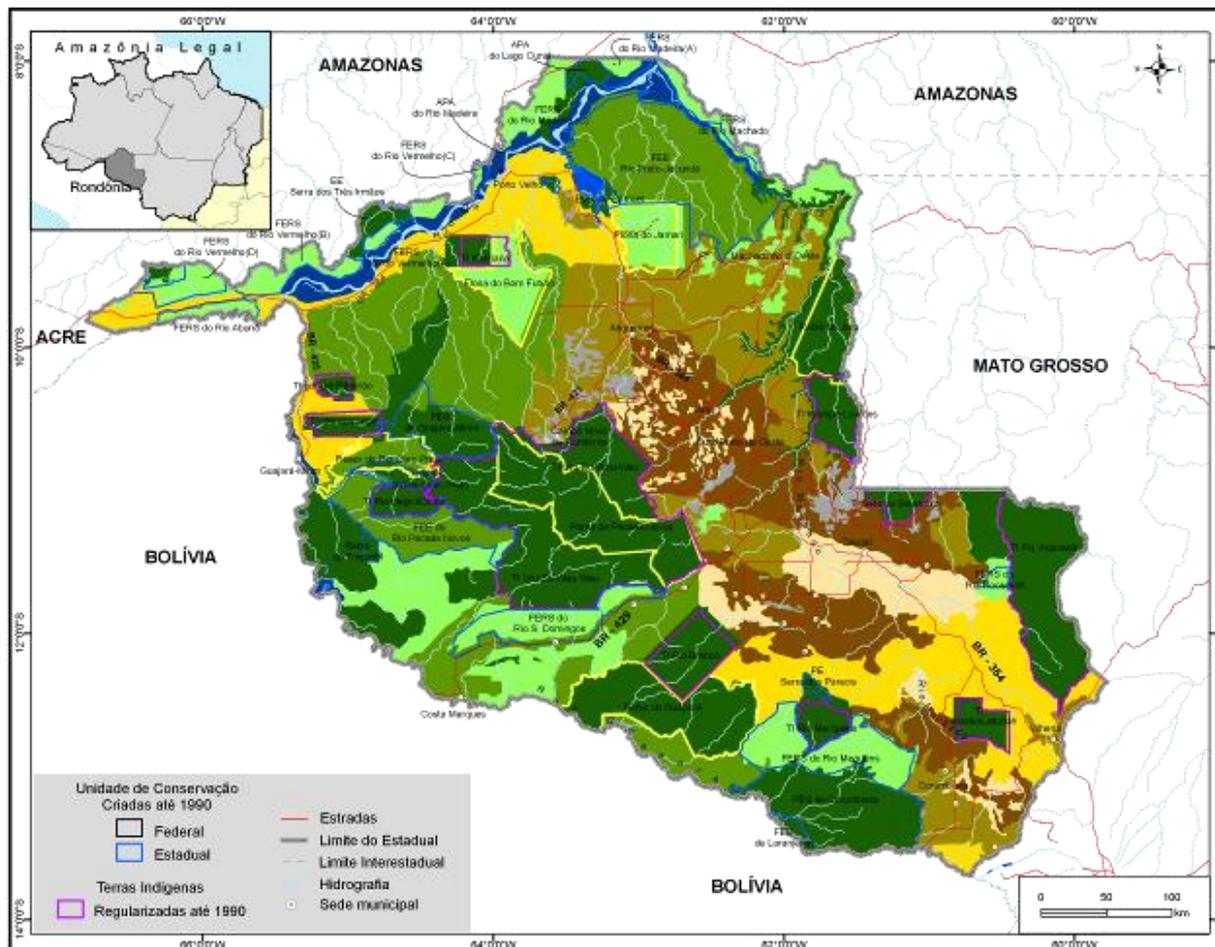
Foto: João R. Ripper



Foto: João R. Ripper



PLANAFLORO: Mapa da Primeira Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico (1988-91)



P r i m e i r a A p r o x i m a ç ã o d o Z S E E

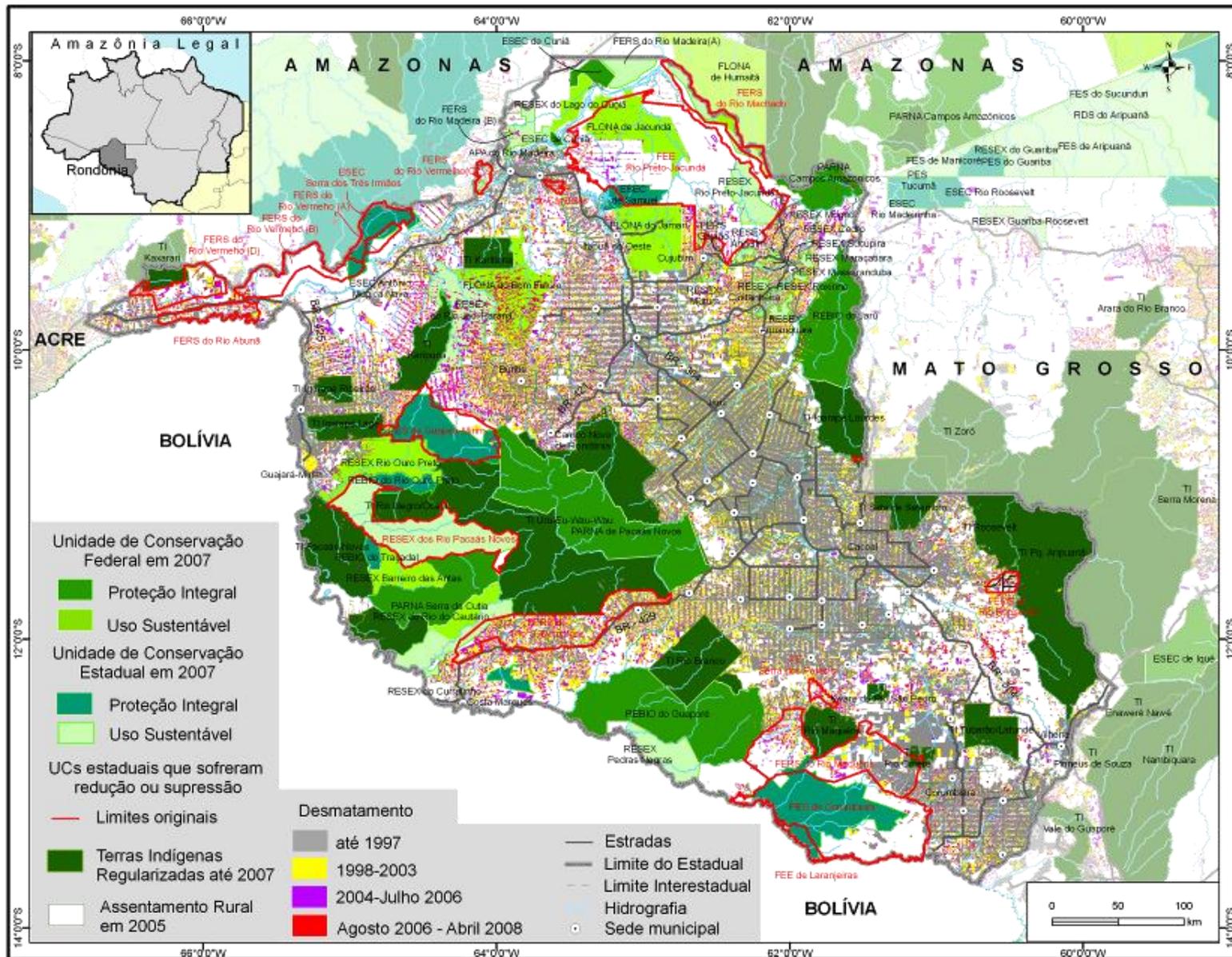
Zona 1: Intensificação da Exploração Agropecuária

- sub-zona 1.1: solos de alta fertilidade natural / sistemas diversificados
- sub-zona 1.2: solos de média fertilidade natural / ordenamento de culturas anuais e perenes
- sub-zona 1.3: solos de baixa fertilidade natural / manejo e recuperação de áreas alteradas
- sub-zona 1.4: solos degradados / manejo e recuperação

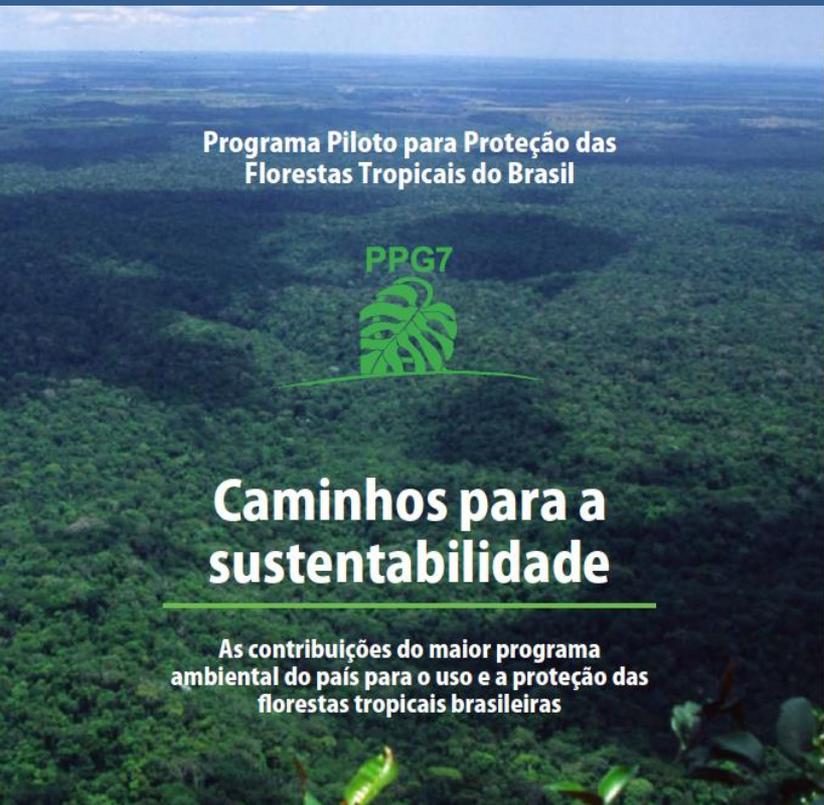
Zona 2: Pequenos produtores em coletividade

- Zona 3: Ribeirinha
- Zona 4: Extrativismo Vegetal
- Zona 5: Manejo Florestal
- Zona 6: Conservação e Preservação

Evolução do Desmatamento, Áreas Protegidas em Rondônia, com identificação de UCs estaduais que sofreram redução ou supressão



Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil



- Proteção e Manejo de Terras Indígenas e Unidades de Conservação
- Reservas Extrativistas - modelo de conservação e desenvolvimento em base comunitária
- Projetos Demonstrativos de proteção ambiental e gestão de recursos
- Gestão e proteção de florestas de várzea
- Mobilização comunitária para prevenção e controle de incêndios
- Fortalecimento institucional da gestão ambiental
- Modelo inovador de controle do esmatamento em propriedades rurais
- Revitalização da pesquisa em ciência e tecnologia
- Monitoramento, Aprendizados e Disseminação



PPCDAM



Plano de Ação para Prevenção
e Controle do Desmatamento
na Amazônia Legal

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO

1. ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL
2. MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL
3. FOMENTO A ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS
4. INFRA-ESTRUTURA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL



Diretrizes e critérios para viabilizar obras de infra-estrutura

- Subordinar o planejamento de obras de infra-estrutura a estratégias de desenvolvimento regional sustentável, observando diferenciação intrarregional
- Prioridade para investimentos em regiões consolidadas ou em processo de consolidação
- Aprimorar mecanismos de participação social, desde o início do processo (licença social para operar)
- Estimar impactos associados, benefício sócio-econômico local e necessidades de presença do Estado
- Realização de análise prévia de alternativas
- Implementação ex-ante de medidas preventivas e mitigadoras, com prioridade para ordenamento territorial / questão fundiária

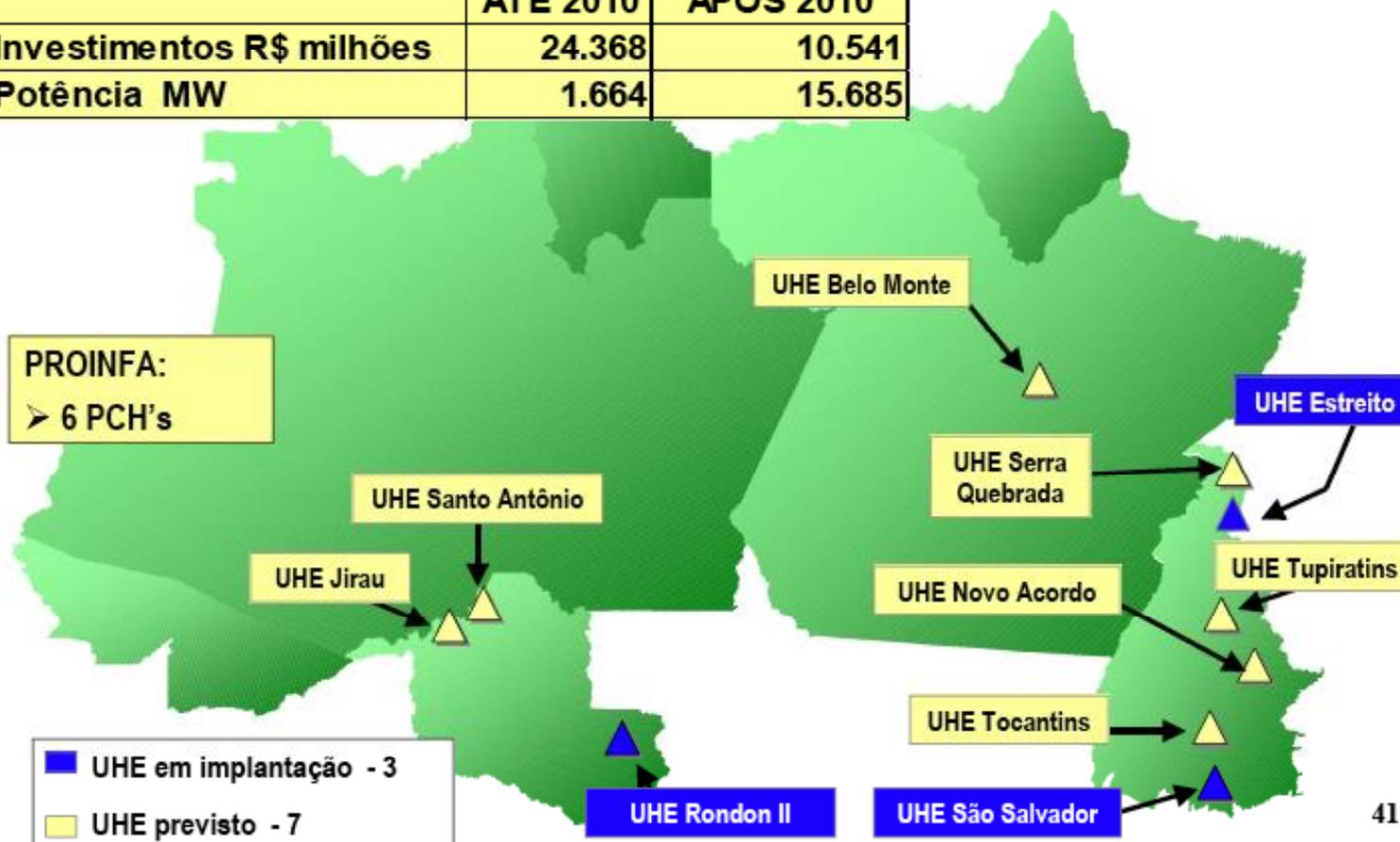
PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC

Lançado em fevereiro de 2007

REGIÃO NORTE

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	ATÉ 2010	APÓS 2010
Investimentos R\$ milhões	24.368	10.541
Potência MW	1.664	15.685



Eixos de Integração e Desenvolvimento - IIRSA



Transporte de “commodities”



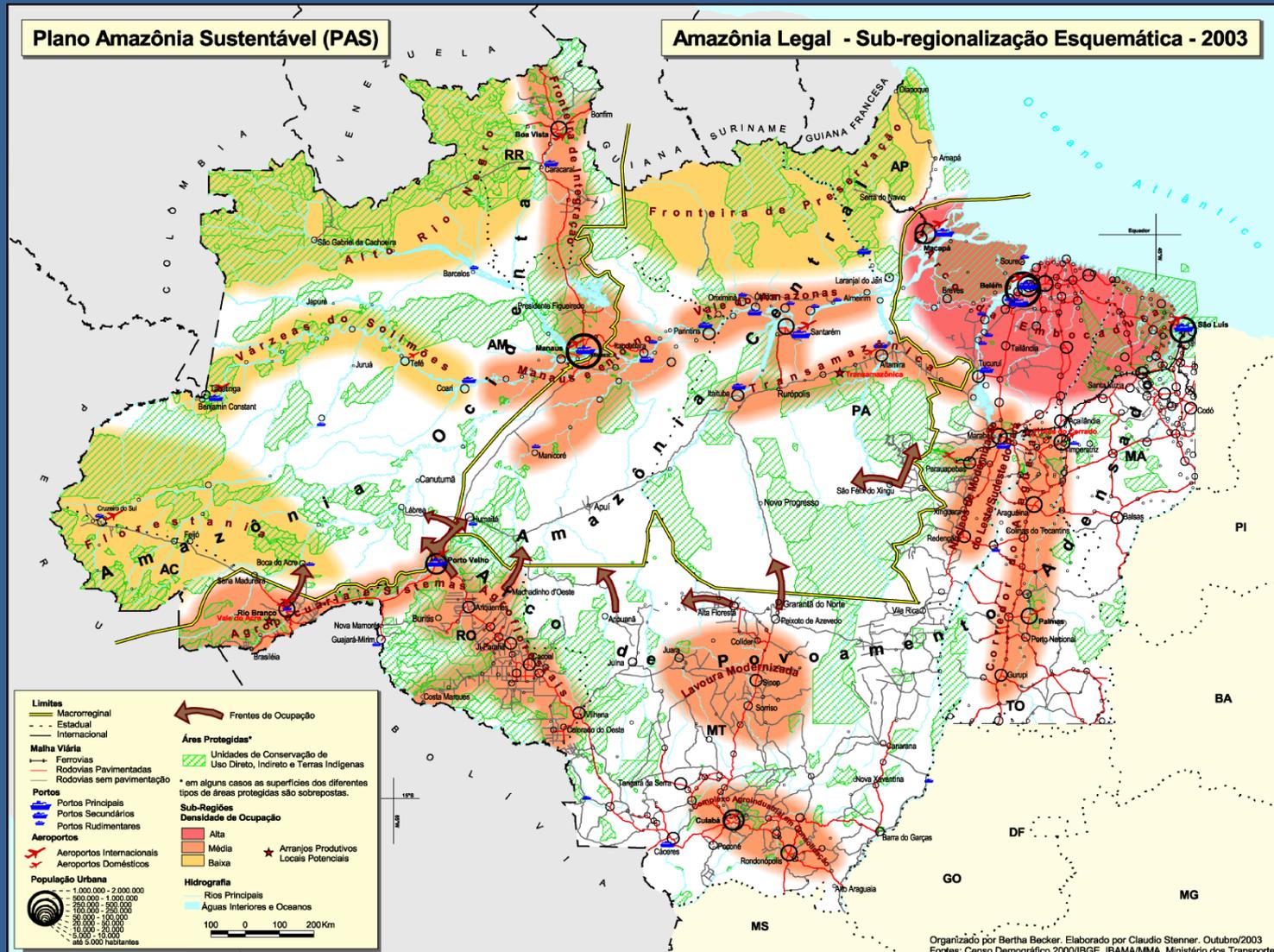
**Transportation of
Soybeans on the
Madeira River**

**Transportation of
Mining Commodities
on the Paraguai River**



Plano Amazônia Sustentável – PAS

(lançado em maio de 2008)





Retrocessos

- MPs de incentivo à grilagem de terras públicas (MP 458/2009, 759/2017)
- Uso indevido do CAR para legitimar posses em terras públicas, mesmo em unidades de conservação
- Desafetação de Unidades de Conservação, sem critérios consistentes (MP 558/2012) - ADIN 4717/STF
- Mudanças no Código Florestal – 2012
- Tentativas de ‘flexibilizar’ licenciamento ambiental e exploração de recursos minerais e hídricos em UCs e terras indígenas

CONCLUSÕES

- Superar a ‘emergência crônica’ do desmatamento e queimadas na Amazônia requer atuação coordenada de governo
- Ação integrada e efetiva pressupõe a superação de velhas dicotomias (‘desenvolvimentismo’ vs. política ambiental)
- Necessidade de sistemas robustos de planejamento estratégico, monitoramento e avaliação.
- Parcerias com governos estaduais e municipais, e com o setor privado
- Transparência e participação da sociedade civil
- Cooperação internacional pode apoiar significativamente soluções brasileiras inovadoras

CONCLUSÕES

- Grilagem de terras públicas tem sido um elemento comum entre 'drivers' do desmatamento ao longo das últimas décadas (lição perdida?).
- Regularização fundiária de propriedades privadas só deve ocorrer se articulada a ações efetivas de combate à grilagem de terras públicas;
- Povos indígenas e outras populações tradicionais desempenham papéis fundamentais na manutenção de dos serviços ecossistêmicos da Amazônia que beneficiam toda a sociedade. Assim, assegurar seus direitos territoriais é fundamental.
- Zoneamento pode ser uma ferramenta para a gestão territorial, mas não é panaceia e existem riscos

CONCLUSÕES

- Relevância de 'agendas positivas' que incentivam a melhor utilização de áreas já desmatadas e a proteção e manejo de florestas remanescentes (produtos não madeireiros e madeireiros);
- Valorização do dialogo entre saberes - academia e comunidade tradicionais.
- Ações de fiscalização requerem inteligência e ação coordenada entre órgãos de fiscalização, com recursos e estruturas institucionais adequadas, com autonomia política
- Mudanças nas regras no meio do jogo que dão sinais de impunidade incentivam novos atos predatórios.

CONCLUSÕES

- Importância de valorizar conhecimento acumulado, resgatando aprendizados, dando continuidade a iniciativas como o PPCDAM, como Políticas de Estado

brent@irn.org

www.internationalrivers.org

